



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**PROVA DISSERTATIVA – SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS
GRADUAÇÃO**

ORIENTAÇÕES CONFORME EDITAL

A prova dissertativa será eliminatória e classificatória e conterà questões discursivas. Cada questão valerá 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 100,0 (cem) pontos.

Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de pontos na somatória dos pontos obtidos na prova dissertativa.

QUESTÕES

1 – “JOÃO”, primário e sem antecedentes, é preso em flagrante após sair de casa com destino ao trabalho, por volta de 5h da manhã. Policiais militares, ao observarem que “JOÃO” encontrava-se fora de seu domicílio, após busca pessoal, encontraram em seu bolso um pequeno invólucro com substância análoga a maconha. Deram-lhe voz de prisão e arrombando a entrada de sua residência, passaram a fazer buscas no interior. Localizaram uma balança e alguns saquinhos plásticos que “JOÃO” lhes dizia que eram de sua genitora que vendia “geladinho”. “JOÃO” foi levado para a prisão. Após vinte dias, a família de “JOÃO” se dirige à Defensoria Pública, buscando informações, visto que apenas ficaram sabendo por um vizinho que “JOÃO” estava preso pela prática das condutas do Art.33 da Lei 11.343/06. Diante disso, pergunta-se:

- a) Há alguma ilegalidade na prisão de “JOÃO”? Em caso afirmativo, qual(is)? Fundamente.
- b) Após o flagrante, qual o primeiro ato judicial deve-se dar no caso concreto? Qual a fundamentação de tal ato?



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

c) O procedimento da Lei de Drogas possui alguma especialidade com relação ao procedimento geral previsto no Código de Processo Penal? Em caso afirmativo, qual(is)?

d) Qual a medida mais indicada e eficaz a ser realizada pela Defensoria Pública no caso concreto?

e) Qual(is) os fundamentos principais a serem utilizados na defesa de “JOÃO”, caso a denúncia se dê pela prática do fato previsto no Art.33 da Lei 11.343/06?

QUESTÃO 1	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A)SIM-O candidato deveria indicar a Busca pessoal sem motivo justificado nem mandado de busca (Art.240 e ss CPP), o ingresso domiciliar em infringência à inviolabilidade (Art.5º, XI CF) e destacar a inexistência de flagrância. Ademais, dever-se-ia indicar que a prisão pela conduta é oposta ao previsto Art.48, §2º da Lei de Drogas. Também foram considerados as ilegalidades apontadas como falta de comunicação à família.	4
b)Audiência de custódia e fundamentos: CADH e Res 213 CNJ (Quem apenas indicou o disposto no Art.310 receberá metade dos pontos)	4
c) O candidato deve-se atentar que a pergunta se refere ao PROCEDIMENTO, por isso deve indicar Defesa Preliminar; existência de laudo preliminar e definitivo. Aqueles que apenas indicarem as diferenças quanto ao IP/Investigação recebem 1pt	4
d)HC ou Relaxamento	4
e) As principais teses alegadas seriam pequena quantidade de droga, inexistência de indícios que corroboram com a conduta do tráfico, Primário e sem antecedentes, com a possibilidade de pedido subsidiário de aplicação do tráfico privilegiado previsto no Art.33§4º.	4
f) USO CORRETO DO VERNÁCULO E COERÊNCIA NA EXPOSIÇÃO DAS IDEIAS	5
TOTAL	25



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

2) Em visita à cadeia de Umuarama, MARIA, grávida e primária, que se encontra cumprindo pena no regime fechado em virtude de condenação por roubo qualificado a uma pena de 6 anos, lhe questiona o seguinte: Qual a fração de pena deve cumprir para sua progressão para o regime semiaberto? E para seu livramento?

A colega LÚCIA, condenado por tráfico de drogas a uma pena de 12 anos (visto que é reincidente no Tráfico de drogas), também busca esclarecimentos: qual o prazo (fração) para sua progressão? Terá direito ao livramento condicional? Se sim, após o cumprimento de qual fração da pena?

QUESTÃO 2	
A) MARIA - 1/6 PROGRESSÃO + 1/3 LIVRAMENTO	10
B) LUCIA 3/5 E NÃO PODE TER LIVRAMENTO	10
C) USO DO VERNÁCULO E COERÊNCIA NA EXPOSIÇÃO DAS IDEIAS	5
TOTAL	25

3) CLARA de quinze anos, juntamente com sua genitora, buscam orientação na Defensoria Pública acerca do seguinte: CLARA conheceu CARLOS (19 anos) há 02 anos e quer muito se casar com ele. Sua intenção encontra respaldo na legislação? Quem são os absolutamente incapazes no ordenamento jurídico pátrio? Houve alguma mudança recente operada quanto ao tema? Se sim, qual (is)? Fundamente.

QUESTÃO 3	
A) NÃO ENCONTRA RESPALDO NA LEGISLAÇÃO/ FUNDAMENTAÇÃO- Não poderá casar, por força do art.1517 CC.	7
B) ART.3º ABS INCAPAZES	7
C) MUDANÇA COM O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/15)	7
D) USO DO VERNÁCULO E COERÊNCIA NA EXPOSIÇÃO DAS IDEIAS	4
TOTAL	25



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

4) Qual(is) a(s) principal(is) função(ões) da Defensoria Pública? (Elenque ao menos duas). Destaque ao menos uma diferença entre a DEFENSORIA PÚBLICA e a ADVOCACIA PRIVADA. Fundamente.

QUESTÃO 4	
A) ELENCAR FUNÇÕES PRINCIPAIS (Citar o Art.134 CF e/ou LC 80) – Destaque para ações coletivas, defesa dos direitos Humanos e representação dos vulneráveis.	10
B) DIFERENÇA COM A ADVOCACIA PRIVADA (Além das prerrogativas como Prazo em dobro, intimação pessoal, prerrogativas e etc, indicar a atuação COLETIVA E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS.) Obs: para aqueles que apenas alegaram a questão de HONORÁRIOS foi atribuída nota 4, mesmo para aqueles que indicaram “intuito lucrativo na Advocacia privada inexistente para a DPE)	10
C) USO DO VERNÁCULO E COERÊNCIA NA EXPOSIÇÃO DAS IDEIAS	5
TOTAL	25